



Comunidade de
Aprendizagem

**Este material foi elaborado
pelos concluintes da
certificação de formadores em
Comunidade de Aprendizagem
realizado em 2015.**

**TEMA: PARTICIPAÇÃO
EDUCATIVA DA
COMUNIDADE**



Comunidade de
Aprendizagem

Participação voluntária no projeto comunidade de aprendizagem

Rita Margarete Moreira Santos

Consultora associada da Avante – Educação e Mobilização Social, responsável pela implementação do Projeto Comunidade de Aprendizagem nas escolas do Nordeste (Brasil). Mais informações sobre a Avante poderão ser encontradas no site www.avante.org.br

Todo conhecimento é um conhecimento situado no tempo, dentro da especificidade histórica e da especificidade das relações sociais que o permeiam e o condicionam: é o conhecimento possível.

Minayo

Resumo

Este artigo trata da centralidade da/o voluntária/o no Projeto Comunidade de Aprendizagem e do desafio para que todos os envolvidos incorporem os Sete Princípios da Aprendizagem Dialógica. Para contextualizar esse desafio, apresentamos um breve resumo da trajetória histórica do voluntário no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE:

interações, voluntário, aprendizagem.

OBJETIVO

Refletir sobre a centralidade do voluntário no Projeto Comunidade de Aprendizagem

Introdução

Uma premissa do Projeto Comunidade de Aprendizagem¹ é que a melhoria da aprendizagem dos alunos está relacionada ao aumento do número de interações que eles vivenciam, assim como à sua qualidade. Nessa perspectiva, a participação voluntária das/os alunas/os, funcionárias/os, professoras/es, dos familiares e da comunidade do entorno da escola torna-se fundamental para garantir a ampliação e o fortalecimento dessas interações. (Caderno de Formação de Voluntários, p. 4). O Projeto defende que a participação da/o voluntária/o possibilita a entrada de outras inteligências na escola e o sentimento de corresponsabilidade pela educação e pela aprendizagem de todos os envolvidos.

A/O voluntária/o, por sua vez, deve ter o desejo e a vontade de transformar a escola e garantir melhores aprendizagens para todas/os, desprezando o caráter essencialmente religioso, caritativo e filantrópico que caracterizou historicamente o voluntariado.

Dessa forma, o Projeto Comunidade de Aprendizagem ressignifica o lugar da/o voluntária/o dentro da escola e provoca desconstrução do papel da/o voluntária/o no imaginário das pessoas envolvidas. Por isso, para refletir sobre a centralidade do voluntário no Comunidades de Aprendizagem, é relevante apresentar breve resumo da trajetória do voluntário brasileiro.

1. Comunidade de Aprendizagem é um projeto baseado num conjunto de Atuações Educativas de Êxito voltadas para a transformação educacional e social, que começa na escola, mas integra tudo o que está ao seu redor. Existem dois grandes pensadores que embasam esse conceito: Freire e Habermas. (<http://www.comunidadeaprendizagem.com>)

Desenvolvimento do trabalho

TRAJETÓRIA DO VOLUNTARIADO NO BRASIL

O trabalho voluntário chegou ao Brasil, trazido pela Santa Casa de Misericórdia, há 470 anos. Nos primeiros séculos esteve fortemente ligado a instituições religiosas, à caridade cristã, pois sua origem era a fé. Por isso, as ações voluntárias de caráter filantrópico representaram a “seguridade social” dos riscos da sociedade humana — doenças, velhice, infância —; e das condições sociais — pobreza e desemprego. Todavia, não existia preocupação d/o voluntária/o com resultados.

Paulatinamente, ao longo do tempo, a atuação voluntária foi ajustando-se ao contexto social e político brasileiro. A partir da década de 1930 até os anos 1980, a atuação voluntária foi caracterizada como clientelista e paternalista, esteve ligada a iniciativas governamentais de “enfrentamento” dos riscos da sociedade humana e das condições sociais da população.

Nos anos de 1990 — no bojo da discussão sobre o papel do Estado, a responsabilidade dos indivíduos e das empresas diante da questão social — a atuação voluntária começou a ser organizada em grupos ou programas (voluntariado) e passou a ter caráter laico e contemporâneo. Fundamentado em valores humanitários, na solidariedade e na justiça social, o voluntariado passou a atuar no reconhecimento dos direitos à cidadania e, apoiado tecnicamente, propôs-se a fazer projetos, avaliar e alcançar resultados.

Ainda nos anos 1990, o voluntariado foi regulamentado por lei³ (Lei 9.608/98) e buscou parcerias com a classe empresarial.

Em 2001, a importância do voluntariado foi ressaltada com o Ano Internacional do Voluntário.

serviço voluntário é a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (Lei no 9.608/98)

CENTRALIDADE DO VOLUNTÁRIO NO PROJETO COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

*El trabajo voluntario es una escuela creadora de conciencias.
Che Guevara*

O contexto social e cultural, assim como influenciou mudanças de concepções sobre o voluntariado ao longo do tempo, também gerou transformações nas relações. Mello (2012), analisando elementos do atual contexto que justificam a proposta de Comunidade de Aprendizagem, entende que as relações e instituições, no contexto atual, estão permeadas pelo giro dialógico. A autora afirma que “sujeitos e grupos não aceitam mais se submeter a uma ordem formal, preestabelecida, sobre a qual não possam opinar e interferir”. (p. 20)

Nesse cenário nasceu o Projeto Comunidade de Aprendizagem com a premissa: para melhorar a aprendizagem dos alunos, é preciso aumentar o número de interações que eles vivenciam, assim como sua qualidade; também acreditando que o sujeito está em contínuo processo de formação, fazendo e refazendo constantemente o seu saber, educando-se entre si, mediatizado pelo mundo. (FREIRE, 1978)

Comunidade de Aprendizagem defende que quando uma escola decide transformar-se e abrir as portas para a entrada da comunidade, ampliando as interações ali presentes, possibilita que outras inteligências entrem naquele lugar, criando assim um sentimento de corresponsabilização pela educação e aprendizagem de todas/os as/os envolvidas/os: alunas/os, funcionárias/os, professoras/es, familiares e a comunidade à sua volta. Por isso, a comunidade, alunas/os, funcionárias/os, professoras/es, familiares são envolvidos desde o início, na fase de transformação, quando são convidados para entender a proposta de Comunidade de Aprendizagem e, depois, são convocados a participar da escrita dos sonhos e a integrar as diferentes comissões mistas.

*É preciso toda uma aldeia para educar uma criança.
Provérbio africano*

É nessa perspectiva que as/os voluntárias/os são peças fundamentais para a ampliação e o fortalecimento dessas interações (Caderno CA voluntario p. 2). Elas/es garantem o sucesso do Projeto, porque ao participarem das Atuações Educativas de Êxito³ que acontecem dentro da escola, viabilizam a ampliação e o fortalecimento das interações que, por sua vez, melhoram a aprendizagem dos alunos.

Todavia, desconstruir ideias e concepções já consolidadas é mais desafiador do que construir novas. Assim, quando o Projeto Comunidade de Aprendizagem ressignifica o lugar da/o voluntária/o dentro da escola colocando-a/o como elemento central para o sucesso do Projeto, provoca a desconstrução do papel da/o voluntária/o no imaginário das pessoas. E assim propõe o complexo exercício às pessoas envolvidas de dialogarem observando os Sete Princípios⁴ da Aprendizagem Dialógica⁵, especialmente o Diálogo Igualitário, um desses sete princípios.

A complexidade desse exercício pode ser observada nas comissões mistas, nas quais o desafio, por um lado, são as pessoas saírem do lugar de “privilegio” que ocupam na escola ou na Secretaria, e, por outro, são as pessoas (normalmente funcionários e familiares) sentirem-se valorizados e perceberem-se como pessoas inteligentes e, finalmente, todas/os entenderem que “a inteligência de cada pessoa se faz a partir do corpo e da experiência de vida que cada uma tem”. (Mello, 2012, p. 48).

Além disso, é necessário desconstruir a concepção a respeito do voluntário, culturalmente construída na sua trajetória histórica. No processo dessa desconstrução é possível que pais e mães compareçam à escola, atendendo ao convite para participar do Projeto Comunidade de Aprendizagem, usando avental ou trazendo ferramentas acreditando que vão executar serviços braçais.

Diante disso, uma estratégia potente para validar a/o voluntária/o como elemento central do Projeto Comunidade de Aprendizagem é a socialização dos inúmeros indicadores que frequentemente são identificados nas escolas transformadas, como por exemplo:

“A partir do levantamento de prioridades, a comissão mista elaborou

3. Atuações Educativas de Êxito (AEE) são práticas que efetivamente aumentam o desempenho acadêmico e melhoram a convivência e as atitudes solidárias e funcionam em qualquer contexto educacional e social. As AEE foram identificadas e comprovadas pelo projeto de pesquisa europeu Includ-ed. (<http://www.comunidadeaprendizagem.com/atuacoes-educativas-de-exito>)

4. A Aprendizagem Dialógica acontece nos diálogos que são igualitários, em interações em que se reconhece a inteligência cultural de todas as pessoas, e está orientada para a transformação do grau inicial de conhecimento e do contexto sociocultural, como meio de alcançar o êxito de todos. A aprendizagem dialógica acontece em interações que aumentam a aprendizagem instrumental, favorecendo a criação de sentido pessoal e social, e que são guiadas pelo sentimento de solidariedade, em que a igualdade e a diferença são valores compatíveis e mutuamente enriquecedores. (<http://www.comunidadeaprendizagem.com/aprendizagem-dialogica>)

e encaminhou um ofício à Secretaria de Educação solicitando internet e telefone fixo para viabilizar a comunicação.” (escola em Horizonte – CE)

“Roseli, funcionária da escola integrante da comissão mista, ao ler os sonhos referentes à limpeza e manutenção dos banheiros e bebedouros, logo se manifestou dizendo não imaginar que os alunos observassem tal detalhe e que a partir daquele momento ela iria dar mais atenção à limpeza dos banheiros e bebedouros.” (escola em Horizonte – CE)

“A escola mudou muito, os alunos estão mais interessados, querem ficar na escola mesmo depois do horário. Hoje eles planejam e decidem o que querem fazer, têm mais autonomia e são mais amigos.” (escola no Rio de Janeiro - RJ)

“Até então ninguém da comunidade descia pra vir na escola. O projeto mudou isso, aproximou a comunidade à escola. Isso é ótimo, não só pra escola, mas também pra comunidade. Ajuda a pensar junto.” (escola no Rio de Janeiro - RJ)

“No começo do ano eu não fazia nada, realmente nada, não queria nada com a vida. Quando começaram os Grupos Interativos eu achei bacana, e comecei a participar muito mais. Foi algo novo, diferente, eu gostei. E as minhas notas melhoraram muito, muito mesmo, tipo de 2 a 10!” (escola no Rio de Janeiro - RJ)

“Muitos estudantes que antes se recusavam em ajudar seus colegas, foram, aos poucos, se envolvendo com a proposta e se mostrando mais disponíveis em compartilhar seus conhecimentos.” (Escola no Rio de Janeiro - RJ)

Por tudo isso, quando uma escola decide transformar-se em Comunidade de Aprendizagem e implementar Atuações Educativas de Êxito, precisa entender que são os voluntários que viabilizam a ampliação e o fortalecimento das interações que, por sua vez, melhoram a aprendizagem dos alunos e as relações entre os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com a escola.

5. Aprendizagem Dialógica é a concepção de aprendizagem que fundamenta as Comunidades de Aprendizagem e que se baseia em sete princípios corroborados por contribuições de alguns dos autores mais relevantes na área da educação, como por exemplo, Vygotsky, Bruner, Wells, Paulo Freire, Habermas, Chomsky, Scribner e Mead. Para uma Comunidade de Aprendizagem, a força está nos argumentos mais do que na hierarquia de quem está falando. Está no Diálogo Igualitário: todos devem ter a mesma oportunidade de falar e de ser escutados — não importa a função exercida, a classe social, a idade, etc. Existem dois grandes pensadores que embasam esse conceito: Freire e Habermas.
(<http://www.comunidadeaprendizagem.com/aprendizagem-dialogica>)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Jairo Melo. Voluntariado: na contramão dos direitos sociais. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 19 fevereiro. 1998. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LANDIM, Leilah; SCALON, Maria Celi. Doações e Trabalho Voluntário no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

MELLO, Roseli Rodrigues de. Comunidade de Aprendizagem: outra escola é possível. São Carlos: EdUFSCar, 2012

MONTAÑO, Carlos. Das "Lógicas do Estado" às "Lógicas da sociedade civil": Estado e "terceiro setor" em questão. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XX, no. 59, março, 1999

ROCHA, Leila Alves. Caridade e poder: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889). Dissertação (Mestrado) Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2005 Disponível em: www.scmba.com.br/quemsomos.php. Acessado em: 20 de agosto de 2009

SILVA, Ronalda Barreto. Educação comunitária: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de escolas da Comunidade – CNEC (1985-1998). Campinas: Autores Associados, 2003.

SITES CONSULTADOS

www.comunidadeaprendizagem.com

www.comunidadeaprendizagem.com/o-projeto

http://www.comunidadeaprendizagem.com/noticias/ver/escola_coelho_netto_do_rio_de_janeiro_inicia_o_proc

<http://www.comunidadeaprendizagem.com/noticias/ver/em-epitacio-pessoa-uma-comunidade-de-aprendizagem>

www.institutonatura.org.br



Comunidade de
Aprendizagem

A família protagonista: papel valorizado e fortalecido pelo projeto Comunidades de Aprendizagem

Ana Luiza Oliva Buratto

Consultora associada da Avante - Educação e Mobilização Social, responsável pela implementação do Projeto Comunidades de Aprendizagem nas escolas do Nordeste (Brasil). Mais informações sobre a Avante poderão ser encontradas no site www.avante.org.br.

Resumo

Este artigo apresenta um olhar histórico-crítico sobre a estrutura familiar como matriz civilizatória e de aprendizagem e como espaço e possibilidade de transformação social. Alguns temas abordados na Formação de Formadores são revisitados, buscando focar a face protagônica da família e como esta é trabalhada e fortalecida pelo projeto Comunidades de Aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-modernismo, aprendizagem dialógica, protagonismo familiar, interações igualitárias.

OBJETIVOS:

Refletir sobre a importância do papel da família na transformação social;
Apresentar como o projeto Comunidades de Aprendizagem valoriza e apoia esse papel.

Desenvolvimento do trabalho

REFERENCIANDO O MOMENTO HISTÓRICO: DESAFIOS À SOCIABILIDADE E À FAMÍLIA.

Vida em turbilhão, mudança acelerada, contradições, incertezas, angústia — esta é a trilha que vai do social em direção à subjetividade do homem no mundo pós-moderno. A pós-modernidade parece, de fato, apontar para uma crise que se caracteriza pela desconfiança na razão; pelo desaparecimento de dogmas e princípios fixos, pela pluralidade ideológico-cultural; pela distância, em vez de conflito, entre as gerações; pelo aumento do hedonismo narcisista e da flexibilização geral dos costumes.

Essa crise parece ter seus fundamentos no esgotamento das potencialidades históricas da modernidade. O progresso da ciência e da tecnologia, cujo ápice foi alcançado no século XX, não se mostrou eficiente para promover uma melhor experiência e qualidade de vida sobre a Terra. Da mesma forma, o enriquecimento econômico provou não ser capaz de, por si só, promover mais igualdade social.

Fugir de uma atitude meramente passiva de imersão no fluxo da pós-modernidade significa certamente tomar certo distanciamento do movimento do real e assumir uma atitude crítica, de superação das dificuldades e impasses colocados. Envolve encontrar brechas nas contradições imanentes à realidade social, que permitam caminhar num duplo movimento de negação (do que faz mal) e de absorção (do que faz bem) em busca de algo novo para a vida social.

Uma dessas brechas, segundo Habermas (1987) é a racionalidade comunicativa. Nela, as pessoas usam o conhecimento para alcançar a compreensão e buscar um amplo consenso. Aubert e Soler (2006) complementam afirmando que no giro dialógico que vivemos e que tem afetado estruturas tradicionais na política, na economia, na sociedade e na vida pessoal, o diálogo se tornou a ferramenta social

mais importante para o entendimento e deve ser bem utilizado tanto nas relações familiares como na vida afetiva, na sala de aula, na política e na pesquisa acadêmica. De acordo com Subirats, “trata-se de fazer com que, por meio das estruturas comunicativas, o mundo da vida consiga reorientar o sistema em prol das necessidades humanas”¹.

É neste contexto, “caracterizado pela globalização e pela sociedade da informação, pela transculturação, pelo multiculturalismo e também por exigências de relações mais dialógicas”² que surge o projeto Comunidades de Aprendizagem, em Barcelona, Espanha. Nasce da necessidade de transformar a escola com vistas a que ela venha garantir aprendizagem de máxima qualidade para todos os alunos, convívio positivo na diversidade e democratização da participação da comunidade escolar e do entorno da escola nos seus processos decisórios. Essa participação é mediada pela aprendizagem dialógica que considera que “todas as pessoas possuem capacidades reflexivas e comunicativas para atuarem plenamente em seus contextos”³. A aprendizagem dialógica, como conceito estruturante do Projeto Comunidades de Aprendizagem, apoia-se em sete princípios: diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, solidariedade, criação de sentido e igualdade de diferenças. Esse tipo de aprendizagem se produz nas interações por meio do diálogo igualitário onde a inteligência cultural é reconhecida em todas as pessoas, favorecendo o aprendizado instrumental, a criação de sentido pessoal e social e relações mais solidárias, apoiadas na igualdade de diferenças que contribuem para a transformação da realidade. Quando as interações se baseiam nesses princípios, possibilitam também mudanças não só nos contextos, mas também nas próprias pessoas, tornando-se uma ferramenta potente para o enfrentamento dos desafios contemporâneos. Afinal percebe-se que, na atualidade, as pessoas já não aceitam submissamente vivenciar relações de poder que reproduzem as desigualdades existentes na estrutura social, mas anseiam por relações mais dialógicas e respeitáveis, em função da consolidação de processos mais democráticos de governo, do amadurecimento da participação cidadã, da expansão da comunicação em rede e da conseqüente emergência de sujeitos mais críticos e conscientes dos seus papéis na sociedade.

1. SUBIRATS, Joan , Educação, responsabilidade social e identidade comunitária , In A cidade como projeto educativo, Porto Alegre, Artmed, 2003

2. BRAGA, Fabiana, MELLO, Roseli, GABASSA, Vanessa, Comunidades de Aprendizagem: outra escola é possível, EdUFSCAR: São Carlos, 2012

3. BRAGA, Fabiana, MELLO, Roseli, GABASSA, Vanessa, Comunidades de Aprendizagem: outra escola é possível, EdUFSCAR: São Carlos, 2012

VALORIZANDO A FACE CONSTRUTIVA DA FAMÍLIA E O SEU PAPEL PROTAGÔNICO NO COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

É fato que a família se mantém como uma realidade primordial e universal em todas as culturas e em todos os períodos históricos, exercendo um duplo papel: de matriz do processo civilizatório e de matriz dos processos de aprendizagem.

O papel de matriz do processo civilizatório é-lhe atribuído pelas quatro funções essenciais que exerce, quais sejam: reprodução, manutenção, colocação e socialização. Dentro delas, os vários estudos antropológicos destacam as relações entre os sexos e as gerações como sendo aquelas responsáveis por manter a estabilidade e por esculpir, ao longo da história, as relações sociais mais amplas, que lhe determinam o reconhecimento como fundamento da sociedade.

Reconhecida também como matriz dos processos de aprendizagem, como locus privilegiado e mais adequado ao desenvolvimento humano, a família oferece ao indivíduo a positividade de pertencer; a possibilidade de conviver com a diferença, de aprender sobre si próprio, sobre os outros e sobre a vida.

Bruner e Freire, ao conceberem a pessoa como dialógica por natureza, afirmam que ela se constrói a partir das relações com os demais, relações estas que se iniciam dentro da família. Da mesma forma Habermas, na sua teoria da ação comunicativa, chega à conclusão de que a intersubjetividade precede a subjetividade, o que reforça a ideia de que o espaço privado da família é a condição básica para constituição, educação, humanização e socialização das pessoas.

*Hoje se retoma a família como ancoragem principal na socialização de seus membros (particularmente crianças e adolescentes) e na garantia de vínculos relacionais que previnam os riscos de isolamento social decorrentes da ausência de trabalho, mas igualmente da sociedade urbanizada, “televisiva” e “telemática”.*⁴

4. COSTA, Antonio Carlos Gomes da, *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*, Salvador: Fundação Odebrecht, 2000, p. 150

É neste sentido que o projeto Comunidades de Aprendizagem vê a família como um sujeito social privilegiado para ser fortalecido no seu papel protagônico junto à escola e a aprendizagem das suas

crianças e adolescentes, uma vez que ela é capaz de realizar mediações muito específicas entre os indivíduos e a coletividade e é capaz de difundir, ao seu redor, um projeto de vida baseado na competência e na solidariedade, geradoras de formas de convivência comunitárias modelares para toda a sociedade.

Vê também a escola como espaço ideal de experimentação e vivência de interações dialógicas, uma vez que a educação não deve se identificar com a acomodação à realidade social de cada um, mas atuar como agente transformador dessa realidade.

A concretização da participação dos familiares dos alunos se dá, dentro do projeto Comunidades de Aprendizagem, especialmente por duas vias de atuação: na gestão e monitoramento do Projeto, mediante seu envolvimento e compromisso dentro das comissões mistas, assembleias e da comissão gestora ou via sua atuação voluntária nas atuações educativas de êxito (AEEs), que acontecem dentro das escolas.

As comissões mistas e assembleias são entidades de tomada de decisão compostas de pessoas de todos os grupos da comunidade: famílias, professores, alunos e outros representantes. A prática de gerir a escola através de comissões mistas fomenta o envolvimento dos familiares, já que sua opinião vale tanto quanto a dos membros do corpo docente. Significa também ter grandes expectativas em relação à capacidade dos familiares de participar da gestão da escola e não apenas em participar das atividades periféricas. As AEEs, diferentemente das boas práticas, caracterizam-se por serem ações que obtêm os melhores resultados em todos os contextos, ou seja, não são experiências isoladas e bem-sucedidas. São estratégias educacionais que têm componentes universais, passíveis de transferência, que contribuem para superar o fracasso e a evasão escolar. Foram identificadas através de 26 estudos de caso realizados em escolas localizadas em áreas de baixo status socioeconômico, com um corpo diverso de alunos e resultados positivos. Dentre elas, merecem destaque os Grupos Interativos, a Biblioteca Tutorada e as Tertúlias Literárias.

Tanto em uma forma de participação como na outra, a responsabilidade pela busca do êxito é compartilhada por todos, aí incluindo-se as famílias, desde o planejamento da ação/atuação até sua avaliação.

Conclusão

O PROTAGONISMO DA FAMÍLIA E O INVESTIMENTO DO PROJETO COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM NA SUA CIDADANIA.

Quando falamos em protagonismo, estamos falando da ocupação pela família de um papel central nos esforços por transformação social.

Reconhece-se, entretanto, que o caminho a ser trilhado é longo e árduo. A família, principalmente nos países periféricos, vive num contexto desafiador e ainda pouco fortalecedor de suas potencialidades. Observa-se já certa tendência na política social de valorização das microssolidariedades e sociabilidades sociofamiliares e o reconhecimento da família como lugar privilegiado de proteção e pertencimento dos seus componentes a tem, de certa forma, colocado no centro das políticas de proteção social nas últimas décadas. Entretanto é importante atentar para o que Carvalho nos avisa: “(...) a revalorização da família não pode significar um recuo da proteção social destinada ao Estado”.⁵

Pergunta-se então: como trabalhar com o foco na cidadania da família? Tudo indica que o caminho deve ser permeado por uma postura emancipatória que possa atuar de forma complementar e sinérgica, fazendo convergir, para a família e a comunidade, os melhores esforços de cada agente — Estado, setor empresarial e terceiro setor. Deve-se requerer uma política de desenvolvimento humano apoiada na qualidade da educação básica, profissional e superior e uma política de saúde de cunho educativo e preventivo. Segundo Petrini,

5. CARVALHO, Maria do Carmo Brandt., O lugar da Família na Política Social In: A Família Contemporânea em Debate, EDUC/Cortez: São Paulo, 2000

6. ETRINI, João Carlos, Notas para uma Antropologia da Família, disponível em www.institutodafamilia.com.br acesso em 20 de março de 2002, p.14

A valorização da família pela sociedade contemporânea passa pelo reconhecimento de sua cidadania. A família é sujeito social, porque precede o Estado, porque media relações entre os indivíduos e a coletividade, porque difunde ao seu redor um projeto de vida baseado na solidariedade...⁶

Nessa direção é que o Projeto Comunidades de Aprendizagem, tomando como base resultados do INCLUD-ED, projeto de pesquisa coordenado pelo Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades (CREA), da Universidade de Barcelona, apontou para a grande importância da efetiva participação da família na escola. Não a forma de participação tradicional e já há muito tempo conhecida, qual seja, um tipo de participação meramente informativo onde os professores os comunicam sobre decisões já tomadas previamente. Ou uma participação meramente consultiva, quando se aborda com os familiares determinados aspectos da vida escolar:

Esta pesquisa, que teve como objetivo identificar atuações educativas de êxito (AEEs) que contribuem para superar o fracasso e a evasão escolar, identificou dois grupos principais delas: as formas inclusivas de agrupamento de alunos e os tipos bem sucedidos de participação dos familiares e da comunidade.

Em termos de incentivo ao protagonismo familiar e a sua atuação cidadã, o INCLUD-ED destacou ainda três possibilidades de atuação da família na escola: a participação decisória nas comissões mistas e nos espaços de tomada de decisão; a participação avaliativa no currículo e na avaliação dos processos de ensino-aprendizagem; e a educativa nas aulas e espaços de aprendizagem dos alunos, como nos Grupos Interativos, Bibliotecas Tutoradas, Tertúlias Dialógicas e no Modelo de Resolução de Conflitos.

Esses tipos de participação mostraram-se muito eficazes na diminuição do absentismo e na melhoria da aprendizagem, do rendimento escolar e da convivência intra e extraescolar:

Trata-se, portanto, de um dos mais significativos caminhos de construção de uma nova titularidade para a família: a titularidade do seu exercício cidadão na educação de suas crianças e jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUBERT, A., FLECHA A., GARCIA C., FLECHA, R., RACIONERO, S. Aprendizaje Dialógico en la Sociedad de la información, Hipatia, Barcelona, 2013

BRAGA, Fabiana, MELLO, Roseli, GABASSA, Vanessa, Comunidades de Aprendizagem: outra escola é possível, EdUFSCAR: São Carlos, 2012

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt. O lugar da Família na Política Social In: A Família Contemporânea em Debate, EDUC/Cortez: São Paulo, 2000

COSTA, Antonio Carlos Gomes da, Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática, Salvador: Fundação Odebrecht, 2000

GOMEZ-GRANELL, C; VILA, I, A cidade como projeto educativo, Porto Alegre, Artmed, 2003

GOMEZ A., PUIGVERT L., FLECHA R., Critical Communicative Methodology: Informing Real Social Transformation Through Research - Qualitative Inquiry 17(3) 235–245 © The Author(s) 2011, disponível em qix.sagepub.com em LEDUCACIO PSICOL VIRGILI em 9 de fevereiro de 2011

PETRINI, João Carlos, Sociedade Moderna: entre civilização e barbárie, disponível em www.institutodafamilia.com.br acesso em 20 de março de 2002

PETRINI, João Carlos, Notas para uma Antropologia da Família, disponível em www.institutodafamilia.com.br acesso em 20 de março de 2002

YESTE, C., CASABONY, N., COMPTE, M., La Implicación y la Participación de las Familias: Elementos Clave para la Mejora del Aprendizaje en los Centros Educativos con Alumnado Inmigrante, Universitat Rovira i Virgili, Indivisa, Bol. Estud. Invest., 2012, nº 13, pp. 192-212

SITES CONSULTADOS

www.comunidadeaprendizagem.com

www.comunidadesdeaprendizaje.net